

Nadine Pires Salomon

A influência do

CPC/15

sobre estruturas de
leis esparsas baseadas no

CPC/73

prefácio

Eduardo de Avelar Lamy



LETRAMENTO

Copyright © 2020 by Editora Letramento
Copyright © 2020 by Nadine Pires Salomon

DIRETOR EDITORIAL | Gustavo Abreu
DIRETOR ADMINISTRATIVO | Júnior Gaudereto
DIRETOR FINANCEIRO | Cláudio Macedo
LOGÍSTICA | Vinicius Santiago
COMUNICAÇÃO E MARKETING | Giulia Staar
EDITORA | Laura Brand
ASSISTENTE EDITORIAL | Carolina Fonseca
DESIGNER EDITORIAL | Gustavo Zeferino e Luis Otávio Ferreira

Todos os direitos reservados.
Não é permitida a reprodução desta obra sem
aprovação do Grupo Editorial Letramento.

1173279

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

S174i	Salomon, Nadine Pires
A influência do CPC/15 sobre estruturas de leis esparsas baseadas no CPC/73 / Nadine Pires Salomon. - Belo Horizonte : Letramento ; Casa do Direito, 2020. 218 p. ; 15,5cm x 22,5cm.	
Inclui bibliografia. ISBN: 978-85-9530-382-9	
1. Direito. 2. CPC/15. 3. CPC/73. I. Título.	
2020-784	CDD 340 CDU 34

Elaborado por Wagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito 340
2. Direito 34

Belo Horizonte - MG
Rua Magnólia, 1086
Bairro Caiçara
CEP 30770-020
Fone 31 3327-5771
contato@editoraletramento.com.br
editoraletramento.com.br
casadodireito.com



SUMÁRIO

13	PREFÁCIO	
15	INTRODUÇÃO	
21	1. O DIREITO NA SOCIEDADE COMPLEXA: INSUFICIÊNCIA DO PARADIGMA JURÍDICO DA MODERNIDADE	
	1.1. A RACIONALIDADE CIENTÍFICA DO DIREITO NA MODERNIDADE E SUA CRISE NA PÓS-MODERNIDADE	21
	1.2. A TEORIA DOS SISTEMAS DE NIKLAS LUHMANN APLICADA AO DIREITO: APROVEITAMENTO DO PENSAMENTO SISTÊMICO LUHMANNIANO EM SUA PERSPECTIVA DESCRITIVA	28
	1.3. A CONCEPÇÃO PRAGMÁTICA E INTERPRETATIVA DO DIREITO COMO INTEGRIDADE EM RONALD DWORKIN	39
	1.3.1. O DIREITO COMO INTEGRIDADE SOB O ENFOQUE DO CONFLITO NORMATIVO E DA FIGURA DO LEGISLADOR	54
	1.3.2. A CONSTITUIÇÃO COMO LIMITAÇÃO HERMENÊUTICA AO INTÉRPRETE: ALGUMAS LEITURAS PARA A TRADIÇÃO JURÍDICA BRASILEIRA	62
71	2. A SISTEMATIZAÇÃO DO DIREITO	
	2.1. O DIREITO COMO SISTEMA E O PROBLEMA DO CONFLITO NORMATIVO	71
	2.2. CRITÉRIOS PARA SOLUÇÃO DE CONFLITOS NORMATIVOS DE PRIMEIRO E SEGUNDO GRAU	80
	2.3. A INSUFICIÊNCIA DOS CRITÉRIOS E METACRITÉRIOS PARA SOLUÇÃO DOS CONFLITOS NORMATIVOS E O PRINCÍPIO DA HIERARQUIZAÇÃO AXIOLÓGICA	90
	2.4. OS PRINCÍPIOS COMO LIMITE À DISCRICIONARIEDADE DO INTÉRPRETE E SUPORTE PARA O PROBLEMA DA DECIDIBILIDADE DOS CONFLITOS NORMATIVOS	102
117	3. O DIREITO PROCESSUAL CIVIL À LUZ DAS EXIGÊNCIAS DA PÓS-MODERNIDADE	

	3.1. O PAPEL DA CONSTITUIÇÃO DE 1988 NO DESENVOLVIMENTO DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL CONTEMPORÂNEO	117
	3.2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA TRANSIÇÃO ENTRE OS ÚLTIMOS DIPLOMAS PROCESSUAIS CIVIS BRASILEIROS	126
	3.3. PROPOSTA DE PREMISSAS MÍNIMAS PARA DIÁLOGO ENTRE A LEGISLAÇÃO GERAL E AS LEGISLAÇÕES ESPECIAIS DE CUNHO PROCESSUAL CIVIL	134
	3.3.1. QUATRO PREMISSAS DA INTERPRETAÇÃO DE NORMAS DE CUNHO PROCESSUAL	137
	3.3.1.1. PRIMEIRA PREMISSA	137
	3.3.1.2. SEGUNDA PREMISSA	139
	3.3.1.3. TERCEIRA PREMISSA	141
	3.3.1.4. QUARTA PREMISSA	142
145	4. A INFLUÊNCIA DO CPC/15 SOBRE ESTRUTURAS DE LEIS ESPARSAS BASEADAS NO CPC/73: CASUÍSTICA	
	4.1. A NÃO EXIGÊNCIA DE GARANTIA PRÉVIA PARA OPOSIÇÃO DE EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL (ART. 16, 81º, DA LEI N. 6.830/80)	145
	4.2. A NÃO INTERVENÇÃO OBRIGATÓRIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO COMO <i>CUSTOS IURIS</i> EM SEDE DE MANDADO DE SEGURANÇA (ART. 12 DA LEI N. 12.016/09)	163
	4.3. AS MEDIDAS CAUTELARES TÍPICAS PREVISTAS NO CÓDIGO COMERCIAL, NO DECRETO-LEI DA ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA E NAS LEIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS	180
201	5. CONCLUSÃO	
207	REFERÊNCIAS	